

Público

05-10-2016

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Sociedade

Dimensão: 2185 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 16

## ECONOMIA

# IEFP já recebeu sete queixas de alegada fraude nos estágios

Ministério Público abriu inquérito com base nas participações feitas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pela CGTP. Auditoria interna será concluída até final do ano

### Emprego Raquel Martins

Os serviços do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) receberam sete denúncias relacionadas com a alegada fraude na utilização do programa Estágios-Emprego e remeteram cinco dessas queixas para o Ministério Público, que, entretanto, já abriu um inquérito para apurar se as empresas envolvidas usaram os apoios do Estado de forma ilegal.

O gabinete de imprensa do IEFP confirmou que, no último mês, o número de queixas subiu de três para sete, sendo que duas delas ainda estão a ser analisadas pelos serviços jurídicos. Cinco dos processos foram enviados para o Ministério Público, que, tal como o *Jornal de Notícias* avançou e o PÚBLICO confirmou, abriu uma investigação no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa para apurar eventuais ilícitos criminais.

Em causa estão denúncias de estagiários a quem as empresas obrigavam a devolver parte da bolsa de estágio ou a pagar todos os encargos com a Segurança Social, incluindo os que são da responsabilidade da entidade patronal, subvertendo as regras do programa.

Questionado pelo PÚBLICO sobre o acompanhamento que tem sido dado aos estagiários mais recentemente, o IEFP garante que, "até agora, foram realizados, por todo o país, milhares de contactos telefónicos e presenciais com estagiários e ex-estagiários, bem como com empresas". O objectivo é detectar eventuais problemas e melhorar a forma como os jovens estagiários são acompanhados pelos serviços de emprego, detectando de forma precoce eventuais problemas.

Os esquemas de alegada fraude foram tornados públicos pelo Conselho Nacional de Juventude (CNJ),

em Agosto, mas esta organização nunca chegou a identificar as empresas envolvidas, nem a formalizar qualquer queixa junto do IEFP ou do Ministério Público, como garantiu ao PÚBLICO o seu presidente Hugo Carvalho. Este procedimento é justificado pelo responsável com a necessidade de proteger os estagiários de eventuais punições por terem colaborado nas alegadas fraudes. O CNJ identificava apenas algumas áreas onde a prática era recorrente, nomeadamente gabinetes de arquitectura e de psicologia e escritórios de advogados.

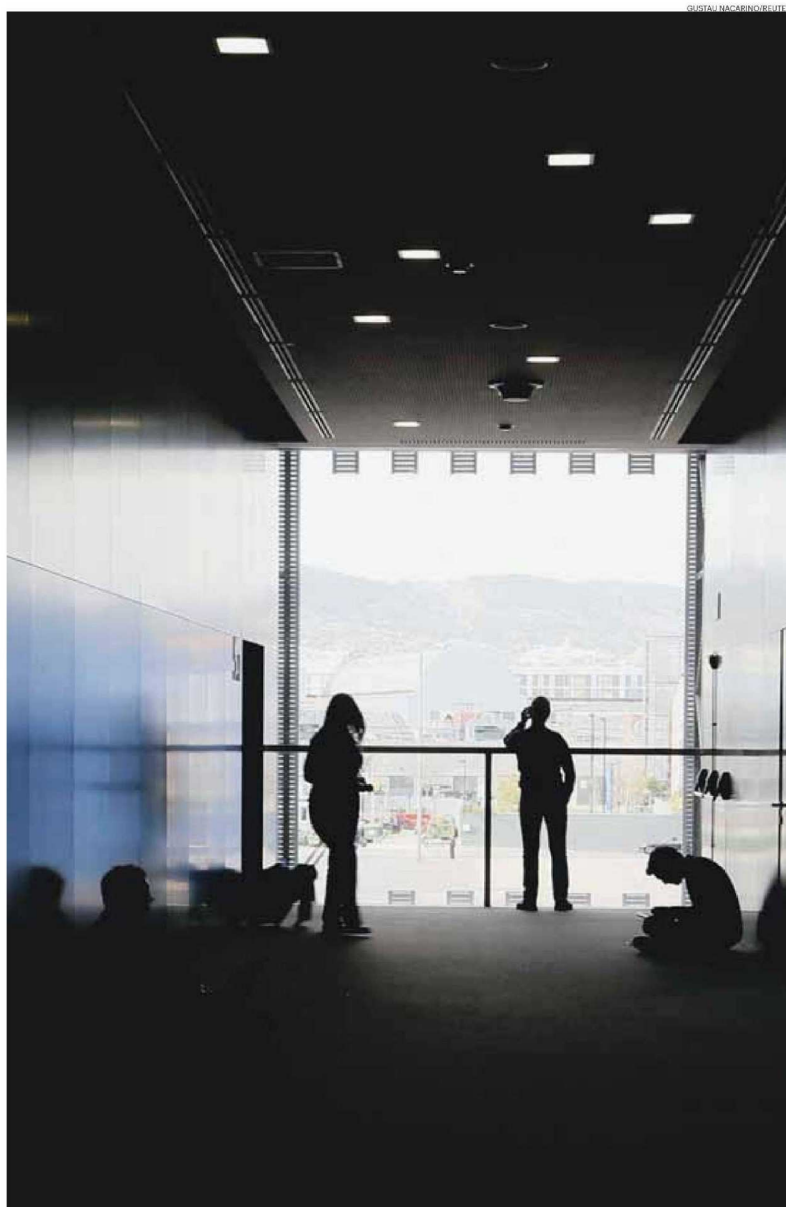
Alguns estagiários acabaram por se dirigir ao IEFP para relatarem os casos em que se viram envolvidos e a própria CGTP entregou uma queixa ao instituto e ao Ministério Público.

Além das investigações que estão a decorrer no DIAP, o IEFP anunciou a 28 de Agosto uma auditoria interna, para verificar se os serviços estão a cumprir os procedimentos, "identificar áreas e aspectos de melhoria", "reforçar a intervenção do instituto no âmbito da execução das políticas de emprego e formação profissional" e para que os próprios estagiários "possam estar mais



**Até agora, foram realizados milhares de contactos com estagiários e ex-estagiários, bem como com empresas**

Gabinete de imprensa do IEFP



Há denúncias de estagiários a quem as empresas obrigavam, por exemplo, a devolver parte da bolsa

**“A auditoria já se iniciou, estando concluída até ao final do presente ano”**

IEFP

acompanhados”, disse na altura o presidente do instituto, António Valadas da Silva, em entrevista ao PÚBLICO.

Questionado sobre o andamento da auditoria, fonte do gabinete de imprensa do IEFP garante que já se iniciou, prevendo-se “que esteja concluída até ao final do presente ano”.

**Outros problemas**

Além do esquema em que as empresas transferiam para a conta do estagiário o valor total da bolsa, pedindo-lhes posteriormente a devolução de uma parte dessa remuneração, em dinheiro, ou o valor correspondente às contribuições para a Segurança Social, o presidente do CNJ tem uma lista com outros problemas relacionados com o programa Estágios-Emprego. Hugo Carvalho aguarda uma reunião com o secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita, para lhe entregar essa listagem.

Entre os problemas identificados pelo CNJ está a interrupção do pagamento das bolsas de estágio por parte das empresas. Hugo Carvalho relata o caso de uma jovem que estava a estagiar numa agência de viagens e que, ao fim de quatro meses, deixou de receber a bolsa. Fez queixa ao IEFP, que desencadeou um processo contra a empresa. No entanto, o próprio instituto não pôde pagar a bolsa em falta porque não tem qualquer relação contratual com a estagiária. Esta situação é uma das que o presidente do IEFP conta resolver no novo enquadramento dos estágios (ver caixa).

Há ainda casos de pessoas que iniciam o estágio antes de o IEFP dar luz verde à candidatura (que é da responsabilidade da empresa) e que ficam sem receber nos primeiros meses ou descobrem, após algum tempo, que a candidatura nem sequer foi entregue.

O instituto diz ter conhecimento destas irregularidades, detectadas através do controlo interno ou do controlo feito por entidades como o Tribunal de Contas ou a Inspeção-Geral de Finanças.

raquel.martins@publico.pt



**Novas regras**

**Estágios podem ir além dos seis meses**

**A** duração dos estágios apoiados pelo IEFP ainda está em aberto e poderá manter-se nos nove meses, em vez dos seis meses previstos na proposta apresentada pelo Governo aos parceiros sociais em finais de Julho.

A intenção inicial do Ministério do Trabalho era “tomar como referência o período de seis meses de duração, em linha com o recomendado pelo Quadro Europeu de Qualidade dos Estágios”, reduzindo o limite actual de nove meses (12 meses em algumas situações).

Nos contributos que fizeram chegar ao Ministério do Trabalho, as confederações patronais reforçaram a ideia de que seis meses é “demasiado curto” para que os estagiários possam adquirir competências em contexto de trabalho. O PÚBLICO sabe que o tema ainda não está fechado e que há abertura por parte do Governo para estabelecer uma duração superior aos seis meses.

As alterações ao programa Estágios-Emprego são mais latas e prevê-se que as candidaturas ocorram em períodos delimitados, sejam avaliadas com base nos níveis de empregabilidade e dêem prioridade aos jovens.

Além disso, e mediante os problemas detectados, deverá haver um reforço no apoio e na protecção do estagiário, nomeadamente a possibilidade de o IEFP estabelecer também uma relação contratual com o estagiário, para que este não fique desprotegido.

As portarias com as novas regras dos estágios, assim como as que estabelecem os apoios à contratação, deverão ser publicadas até ao final de Outubro. **R.M.**

**Mais desemprego e menos apoio para os desempregados durante os anos da crise**

Portugal assistiu ao aumento do desemprego durante os anos de crise, ao mesmo tempo que os desempregados perderam apoios, com a redução dos efectivos dos serviços de emprego e da respectiva prestação social, defende o Centro de Estudos Sociais (CES). A análise consta de uma síntese que servirá de base ao debate sobre a austeridade, a desvalorização do trabalho e as políticas de emprego que o pólo de Lisboa do CES promoveu ontem na capital para recolher contributos para o 3.º Relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas, que está a ser ultimado.

Segundo o coordenador do CES de Lisboa, Manuel Carvalho da Silva, o relatório, que deverá ser divulgado no início do próximo ano, dedica cerca de 90 páginas às políticas de emprego e ao seu impacto entre 2008 e 2015.

A síntese salienta que, apesar do aumento do desemprego no período em análise, os serviços públicos de emprego sofreram uma redução de pessoal de 17% entre 2008 e 2013, o “que compromete a eficácia das políticas públicas de emprego”.

Carvalho da Silva disse à agência Lusa que a redução dos recursos humanos do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), “que compromete o apoio aos desempregados”, é um sinal do que se passa na administração pública em geral, que “está a ficar afrita sem quadros”. O sociólogo considerou que a actuação dos serviços do IEFP está muito focada nas estatísticas e não numa política de emprego estratégica.

O documento elaborado pelos investigadores do CES faz uma análise crítica das medidas activas de emprego, considerando que elas têm sido deslocadas progressivamente para as empresas. “As transformações verificadas no campo das políticas de emprego e de protecção no trabalho foram particularmente acentuadas na UE a partir da crise da zona euro em 2011”, refere o texto.

A equipa do CES considera que as políticas activas sofrem, neste período, uma diminuição da sua diver-

**17%**

**Os dados são do CES, que mostram ainda uma redução de 17% nos serviços públicos de emprego entre 2008 e 2013**

**70**

**Em 2014, houve 70 mil estágios financiados pelo Estado, muito acima da média anual de 25 mil registada entre 2001 e 2011**

sidade, concentrando-se “em medidas de formação e de incentivos ao emprego, de eficácia duvidosa, que mascaram os números do desemprego”.

“É nesta última categoria que se inserem medidas emblemáticas como os estágios, financiados a 80% pelo Estado, que corresponderam a cerca de um terço de todo o emprego criado em 2014 (70 mil estágios, contra uma média anual de 25 mil entre 2001 e 2011)”, lê-se no documento, que acrescenta que a medida se tornou “um mecanismo de redução de gastos de pessoal para as empresas

que encetaram uma ‘rotação’ de estagiários nos mesmos postos de trabalho”.

De acordo com a síntese, Portugal foi, no contexto da crise da zona euro, dos subsequentes resgates financeiros, e das imposições das instituições europeias, um dos países onde o mercado de trabalho mais se degradou, designadamente com o aumento sem precedentes do desemprego (16,4% em 2013) e com a progressiva precarização das relações laborais.

“A par destas tendências no mercado de trabalho, assistiu-se, ao longo dos últimos anos, a uma redução do número de beneficiários de prestações sociais de desemprego (subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego)”, refere o mesmo documento.

A proporção de desempregados que recebem prestações de desemprego corresponde a cerca de 50% do total de desempregados inscritos nos centros de emprego, tendo chegado aos 59% em 2012, ano em que o número de desempregados registados foi mais elevado, e 53,9% em 2014. Entre 2009 e 2015, o montante médio do subsídio de desemprego diminuiu de 570 para 477 euros para os homens e de 510 para 440 euros para as mulheres. **Lusa**



**Políticas activas de emprego perderam diversidade, conclui-se**